

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELÉM/PA: experiência de estágio no Programa Bora Belém/Busca Ativa Escolar e o trabalho do Serviço Social

THE EDUCATION POLICY IN THE MUNICIPALITY OF BELÉM/PA: internship experience in the Bora Belém/ Busca Ativa Escolar and the work of Social Work

Marcelle da Silva Moura¹

Railana Galvão do Rosario²

RESUMO

Considerando a imprescindibilidade da Política de Educação no processo constitutivo da vida social e a importância de ampliação do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, o presente texto aborda a dimensão nacional da política, com ênfase no Programa Bora Belém/Busca Ativa Escolar em âmbito municipal, assim como o estágio acadêmico e o trabalho da/o Assistente Social, com reflexões pertinentes acerca dos desafios profissionais, do Projeto Ético-Político e da democratização e qualidade da educação, que perpassa a intersectorialidade das políticas públicas.

Palavras-chave: Educação; Serviço Social; Trabalho profissional.

ABSTRACT

Considering the indispensability of the Education Policy in the constitutive process of social life and the importance of the expansion of Social Service in this social-occupational space, the present text addresses the national dimension of the policy, with emphasis on the 'Bora Belém'/Busca Ativa School Program at the municipal level, as well as the academic internship and the work of the Social Worker, with pertinent reflections on the professional challenges, the Ethical-Political Project, and the democratization and quality of education, which permeates the intersectoriality of public policies.

Keywords: Education; Social Work; Professional Work.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social (CFESS, 2012, p. 16). Partindo dessa abordagem do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), interpreta-se que a educação é uma

¹ Universidade Federal do Pará; Bacharela em Serviço Social; marcelle.moura@gmail.com

² Universidade Federal do Pará; Bacharela em Serviço Social; galvaorailana@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dimensão da vida social, composta por diversas práticas sociais, que não estão apenas nos espaços tradicionais escolares, atravessam outras esferas sociais, como a saúde e a assistência social, de modo a contornar o processo de reprodução social.

Neste trabalho pretende-se refletir a Política de Educação como uma dimensão da vida social articulada a outras políticas e a atuação do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, a partir da experiência de estágio acadêmico-profissional, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), no Programa Bora Belém da Prefeitura Municipal de Belém - o qual é um Programa assistencial, que possui um eixo na Política de Educação do Município - vinculado à Busca Ativa Escolar da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC).

Para a construção desse trabalho, foram utilizados os instrumentais de estágio - como formulários, diários de campo e relatórios - e a sua estrutura está pautada na abordagem sobre a Política de Educação e o Programa Bora Belém/Busca Ativa Escolar, na descrição das atividades de estágio em Serviço Social, seguida das análises críticas pertinentes, e nos desafios que atravessam o estágio e o trabalho profissional da/do Assistente Social. Por fim, explana-se o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual deve ser basilar no trabalho profissional e na luta pelo aprimoramento da Política de Educação.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Para tratar da Política de Educação no Município de Belém é necessário abordar o seu vínculo com a Política de Educação em dimensão nacional. O vínculo é estabelecido pela Lei Federal Nº 9.394/1996, que define a educação como abrangência dos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. De acordo com a referida Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os

PROMOÇÃO



APOIO



Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

Conforme o Art. 11, inciso V, da Lei Nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, cabe aos Municípios oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e com prioridade, o ensino fundamental, admitida a atuação em outros níveis de ensino. Assim, as unidades educacionais de Belém abrangem a educação infantil e o ensino fundamental, incluindo a educação de jovens, adultos e idosos, bem como a educação especial.

Este vínculo também está expresso no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, que prevê em seu Art. 8º a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração de seus correspondentes planos de educação ou na adequação dos planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE. Assim, foi criado o Plano Municipal de Educação - PME (Lei Nº 9.129/2015), norteador por diretrizes em conformidade com o PNE:

I) erradicação do analfabetismo; II) universalização do atendimento escolar; III) superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e da igualdade racial, visando à erradicação de todas as formas de discriminação; IV) melhoria da qualidade da educação; V) formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI) promoção do desenvolvimento sustentável e da Educação Ambiental nas escolas da rede pública municipal; VII) ampliação do investimento na educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; VIII) promoção do desenvolvimento humano, social, científico, cultural e tecnológico dos indivíduos; IX) valorização dos trabalhadores da educação; X) difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação; e XI) promoção e desenvolvimento da política da educação inclusiva. (BELÉM, 2015).

Além disso, a Lei de criação da SEMEC, Lei Nº 6.558/1968, trata em seu Art. 3º da elaboração do Plano Municipal de Educação - PME, no qual deve constar a realização da Campanha Municipal de Alfabetização, que consiste em um dos principais objetivos da dimensão educacional do Município. Atualmente, ela está difundida no Plano Plurianual da Prefeitura de Belém para os anos de 2022 a 2025.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



De forma estratégica, a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), o Centro de Referência em Educação Ambiental - Escola Bosque “Professor Eidorfe Moreira” (FUNBOSQUE) e a Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE) têm com prioridade “Tornar Belém uma Cidade Alfabetizada, Educadora e Inclusiva” (Objetivo 1101), para garantir a alfabetização de 11.036 pessoas acima de 15 anos não alfabetizadas, através do Projeto 01 “Cidade Alfabetizada e Educadora: Belém, território livre do analfabetismo”. (PMB, 2021, p. 49).

É importante ressaltar que a Política de Educação se articula com outras políticas a partir da intersetorialidade, a qual tem o seguinte conceito:

A intersetorialidade pode ser definida como um modelo de gestão de políticas públicas baseada em relações entre diferentes setores, isto é, onde responsabilidades, metas e recursos são compartilhados, compatibilizando uma relação de respeito à autonomia de cada setor, mas também de interdependência (SANTOS, 2011, p.26).

Esse modelo de gestão e articulação é imprescindível para ampliar o acesso democrático, permanente e de qualidade, que perpassa outros direitos sociais, como direito à saúde e à assistência social. Sendo assim, conforme expressa a LDB/1996, em seu Art. 4º, inciso VIII, o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Esses elementos também são norteadores da política educacional no âmbito municipal, uma vez que cabe às instâncias municipais seguir as diretrizes do PME/2015 em consonância com o PNE/2014 e analisar as políticas públicas de outras dimensões para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas do plano educacional, pois a qualidade na educação compreende o modo como a comunidade escolar permanece na escola, considerando as condições de saúde, alimentação, proteção de riscos e outras demandas sociais presentes no âmbito educacional.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3 BUSCA ATIVA ESCOLAR E PROGRAMA BORA BELÉM

A “Busca Ativa Escolar Permanente e Integrada” é uma iniciativa do UNICEF e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), e consiste em uma estratégia de metodologia social e uma ferramenta tecnológica, que tem como intenção o apoio aos governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão escolar.

A SEMEC aderiu a Busca Ativa Escolar para mapear pessoas fora da escola, situação de vulnerabilidade socioeconômica, capacitar operadores escolares, bem como mapear e integrar ao Movimento Alfabetiza Belém jovens, adultos e idosos que estão fora da escola.

O Programa de renda cidadã Bora Belém foi instaurado pela Lei N° 9.665/2021, para enfrentamento da pobreza, extrema pobreza e do estado de calamidade pública decorrente da condição de vulnerabilidade social aguda (BELÉM, 2021). O Programa tem como parâmetro o pagamento de benefício eventual, para famílias em extrema vulnerabilidade já inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). De acordo com o Plano Plurianual de 2022 a 2025 da gestão municipal, o Programa é desenvolvido conjuntamente com diversas instituições, dentre elas a SEMEC, articulando-se com a Busca Ativa Escolar, de modo que as pessoas mapeadas são encaminhadas para o Programa Bora Belém.

Foi no Programa Bora Belém articulado a Busca Ativa Escolar que realizaram-se as atividades de estágio em Serviço Social. As atividades aconteceram em campo, com visitas domiciliares e aplicação de formulários, para mapear pessoas fora da escola e situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para isso, o levantamento foi baseado nos dados abordados a seguir.

De acordo com a plataforma digital da Busca Ativa Escolar, que utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2019), realizada pelo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que no Brasil exista 1,1 milhão de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola. Ainda de acordo com os dados estaduais e regionais constantes na plataforma, baseados na PNAD (2019), no Pará, são cerca de 89,6 mil (4,2%) de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola, com relação ao total da população no estado.

Com relação ao cenário de analfabetismo, o Plano Plurianual (2022/2025) da gestão municipal, ressalta dados importantes:

Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2019, em Belém havia 7.269 pessoas analfabetas, sendo 3.070 homens e 4.199 mulheres. Ainda segundo o TSE, em 2019, 86.411 homens e 93.907 mulheres não haviam completado o ensino fundamental. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2019 aponta um total de 2,7% de pessoas analfabetas em Belém com 15 anos ou mais. Estimativas do Ministério da Saúde, do período de 2017-2020, apontam que o município pode ter uma média de 32.663 pessoas analfabetas. Entretanto, informações do Cadastro Único para programas sociais – CADÚNICO – apontam o quantitativo de 11.096 pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas. (BELÉM, 2021, p. 51)

4 ESTÁGIO NO PROGRAMA BORA BELÉM/BUSCA ATIVA ESCOLAR E ALGUMAS REFLEXÕES PERTINENTES

As visitas domiciliares associadas a aplicação de formulários foram as principais atividades desenvolvidas pelas/os estagiárias/os junto a equipe de Assistentes Sociais, uma vez que constitui o principal instrumento utilizado pelo Serviço Social no trabalho de levantamento de informações para o Programa Bora Belém em vínculo com a Busca Ativa Escolar.

Conforme aponta Souza (2008), a visita domiciliar é um instrumento que tem como principal objetivo conhecer as condições e modos de vida da população usuária em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde ela estabelece suas relações do dia a dia: em seu domicílio (SOUZA, 2008, p. 128). É um dos instrumentos imprescindíveis no exercício profissional da/o Assistente Social, fundamentado na tríade das categorias

PROMOÇÃO



APOIO



singularidade-universalidade-particularidade³, para conduzir o trabalho e compreender a realidade social da/do usuária/o, as condições sociais as quais estão inseridas/os e como se dá o acesso às políticas públicas.

As visitas domiciliares foram conduzidas e orientadas pelas Assistentes Sociais/supervisoras de campo, acompanhadas das/os estagiárias/os e tinham um foco inicial de compreender se as pessoas possuíam acesso à educação, de que forma se dava esse acesso, ou se não possuíam, compreender os fatores que ocasionaram a falta de acesso e conseqüentemente a evasão escolar. Ao chegar nas residências realizava-se a identificação pessoal, a identificação do Programa e seus objetivos, a escuta ativa com aplicação do formulário da Busca Ativa Escolar e as orientações sociais sobre direitos sociais, benefícios e acesso a serviços, a partir das demandas apresentadas.

As visitas ocorreram nos bairros periféricos de Belém na seguinte ordem: bairro Guamá, distrito de Icoaraci, bairro Val de Cans, e por fim, bairro Tapanã. Inicialmente, tiveram como público-alvo crianças e adolescentes e posteriormente, jovens, adultos e idosos. Primeiramente, no bairro Guamá, constatou-se diversas problemáticas sociais para além da educação. Tais problemáticas correspondem à assistência social e ao saneamento básico, uma vez que há dificuldade de mobilidade e conseqüentemente, de acesso às escolas, por conta das ruas não asfaltadas e da ausência de limpeza urbana. Essas mesmas problemáticas foram observadas no distrito de Icoaraci, bairro Val de Cans e bairro Tapanã.

A partir das observações, dos relatos durante as visitas e da análise dos formulários aplicados nos bairros, constatou-se que as pessoas em situação de evasão escolar estavam impossibilitadas de acessar ou retornar às escolas por diversos motivos, dentre eles, pessoas com deficiência que não possuíam acesso a elementos que facilitam sua locomoção - como cadeiras de rodas -, falta de

³ Conforme ressalta o autor, a tríade singularidade-universalidade-particularidade para a práxis do Serviço Social tem como objetivo uma apreensão crítica da realidade, negando o aparente, buscando a essência dos fatos, dos quais são determinados de processos histórico-sociais, sendo esta um importante instrumento de intervenção profissional exposto para a realidade social de cada indivíduo, a partir de sua relação consigo e com os demais. (PONTES, 2016 *apud* NAZARÉ *et al.*, 2019).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estrutura adequada para essas nas escolas, além da escassez socioassistencial e da mobilidade urbana.

Por exemplo, em um determinado caso, no bairro Tapanã, foi relatado pela mãe de um adolescente, que o mesmo é deficiente e cadeirante, estava matriculado na escola, porém impossibilitado de locomoção devido às péssimas condições de infraestrutura da rua que dá acesso a esse espaço. Da mesma forma, em outra visita, uma mãe relatou que tinha dificuldades para levar seu filho, também cadeirante, a consultas médicas, pois além do transporte público não transitar pela rua onde moram, os motoristas de aplicativos cancelavam as corridas devido a precariedade das ruas.



Fotografia 1 – Rua do bairro Tapanã

Fonte: Registro fotográfico das autoras

No que tange ao perfil familiar das pessoas em situação de evasão escolar, observou-se que as famílias em sua maioria são chefiadas por mulheres, mães solo, negras, jovens, adultas e idosas, desempregadas, com nível baixo de escolaridade e que recebem benefícios socioassistenciais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as pessoas com deficiência e idosas/os que não possuem meios de prover renda própria, bem como o Programa Bora Belém o qual é municipal. Essa observação em relação às mulheres nos remete aos dados do

PROMOÇÃO



APOIO





TSE de 2019, visto anteriormente, em que elas são a maioria no cenário de analfabetismo.

Outra observação importante é de que a principal porta de acesso aos benefícios socioassistenciais são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os quais também são a base de encaminhamento para outros serviços, como serviços de saúde no Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), citado por famílias que têm pessoas com deficiência.

4.1 Análise do perfil socioeconômico das/os usuárias/os

Segundo estudos do UNICEF et al. *apud* BUSCA ATIVA ESCOLAR (2017), há vários fatores que dificultam o acesso e a permanência na escola, dentre os principais são citados a discriminação racial, a pobreza, a violência e a baixa escolarização dos pais, mães ou responsáveis (UNICEF et al. *apud* BUSCA ATIVA ESCOLAR, 2017, p. 15). O estudo apresenta ainda que o grupo mais afetado pela exclusão escolar é composto por crianças e adolescentes,

negros(as), que vivem no campo, de famílias de baixa renda e cujos pais, mães ou responsáveis têm pouca ou nenhuma escolaridade, meninas e meninos com deficiência, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que sofrem algum tipo de exploração e estão em conflito com a lei. (UNICEF et al. *apud* BUSCA ATIVA ESCOLAR, 2017, p. 15).

De acordo com a sistematização feita em diário de campo das visitas domiciliares, dentre as variadas situações observadas, um cenário que chamou atenção é o fato de que as mulheres negras são a maioria nos lares dos bairros onde ocorreram as visitas, que são também mães solas e que estão em situação de desemprego, o que de certa forma configura uma interseccionalidade determinada pela privação de acesso a direitos e oportunidades. Compreende-se que há um explícito contexto de invisibilidade de mulheres negras diante de uma lógica social excludente. Isso é abordado no livro sobre perfil de pessoas e famílias do CadÚnico de 2013:

famílias com arranjo monoparental feminino de baixo rendimento monetário são especialmente vulneráveis devido ao fato de que,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



possivelmente, não exista outra pessoa no domicílio para a divisão das tarefas de cuidado e de manutenção econômica da família. (MDS; SENARC, 2013, p. 20)

Embora o documento seja de 2013, ele nos chama atenção para o fato de ser extremamente necessária a constituição de políticas públicas eficazes, destinadas às mulheres, principalmente mulheres negras, para que possam ter acesso a melhores postos de trabalho, às políticas de educação, saúde, entre outras políticas, e que a partir disso seja possível favorecer a emancipação dessas mulheres.

4.1 Reflexão sobre o estágio em serviço social

De acordo com a Brochura do CFESS sobre a “A Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social”

O estágio supervisionado objetiva capacitar o/a aluno/a para o exercício profissional, por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social. No estágio, exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação do plano de intervenção do/a estagiário/a, articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação. (CFESS, 2013, p. 11)

O estágio e a sua supervisão, acadêmica e de campo, é um processo imprescindível para a formação acadêmico-profissional em conformidade com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Contudo, esse momento da graduação apresenta desafios e dificuldades que demanda das/os estudantes revisitar, analisar e debater o arcabouço teórico apreendido na formação, pois o estágio, embora constituído de atividades práticas, não se desassocia da teoria.

Na execução das atividades de estágio vivenciou-se dificuldades no que tange ao espaço de trabalho, ao fazer profissional do Serviço Social na instituição - implicando na supervisão de estágio -, às visitas domiciliares, a articulação teórico-metodológica e a utilização dos instrumentais de estágio.

Tais dificuldades vivenciadas na atuação enquanto estagiárias refletem as dinâmicas e as determinações do contexto social adverso e capitalista em que a/o

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assistente Social está inserida/o enquanto classe trabalhadora, pois os principais espaços sócio-ocupacionais de políticas públicas do Serviço Social vem sendo permeado por desmonte de investimento nos recursos, que se materializam, por exemplo, na ausência de equipamentos de trabalho, de transporte para locomoção em visitas domiciliares e de espaço físico adequado.

5 O TRABALHO DA/DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A Lei Nº 13.935/2019 estabelece que as redes públicas de educação básica contarão com os serviços de Psicologia e de Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais, desenvolvendo ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

A Lei é resultado de uma luta construída há duas décadas em nível nacional pela categoria profissional de Assistentes Sociais e Psicólogas/s e pelos respectivos Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS) em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). Em Belém, foi formado um Grupo de Trabalho que está em atividade, o qual tem como objetivo a articulação para implementação da Lei no âmbito municipal, por meio do CRESS/PA, CRP/10 e CFESS.

O âmbito educacional é um importante espaço de atuação da/o Assistente Social, pois de acordo com o CFESS:

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais atingem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitude e comportamentos agressivos, de risco etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva. (CFESS, 2001, p. 11).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Este documento do CFESS também aborda algumas atividades técnicas profissionais a serem desempenhadas pelo Serviço Social no âmbito educacional, dentre elas, elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania, bem como realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente.

O trabalho do Serviço Social no Programa Bora Belém/Busca Ativa Escolar se dá nesse sentido e a dimensão investigativa da profissão está muito presente, sendo esse o fomento básico do exercício profissional do assistente social que se refere ao movimento de desocultamento do real (FRAGA, 2010, p. 42). Essa dimensão se caracteriza por meio das visitas domiciliares e das entrevistas, que faz o levantamento e a identificação de demandas sociais acerca da evasão escolar, possibilitando a compreensão da realidade das famílias.

Há também uma sistematização da prática, a qual se dá por meio de relatórios que são elaborados pela equipe de Assistentes Sociais, sobre as visitas domiciliares e a aplicação dos formulários da Busca Ativa Escolar. Esse instrumental é utilizado para dar base aos encaminhamentos intersetoriais realizados pelo Serviço Social.

Na Educação, é imprescindível aprimorar e reforçar o debate sobre a Lei N° 13.935/2019, contribuir para a produção de conhecimento que sistematize as competências e atribuições das/os Assistentes Sociais no âmbito educacional, bem como mobilizar e pressionar o poder público para que a Lei seja efetivada e esse espaço sócio-ocupacional seja ampliado. No que tange ao trabalho do Serviço Social no Programa Bora Belém/Busca Ativa Escolar, é importante a elaboração de um plano de trabalho, para que seja possível até mesmo identificar a prática profissional, fomentando o Projeto Ético-Político da profissão, isto é, a sua autoimagem, seus objetivos e funções.

PROMOÇÃO



APOIO

O autor José Paulo Netto possui uma importante análise sobre isso, que consiste em:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 4).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social associa-se a um projeto de transformação da sociedade, que consiste na construção de uma nova ordem social, tendo a defesa da democracia como um valor central, e outros princípios essenciais, como a liberdade e a equidade.

É constituído por normativas, como o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Nº 8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, articulando-se com as instâncias político-organizativas da profissão, como o conjunto CFESS/CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), os sindicatos e as demais associações de Assistentes Sociais.

6 CONCLUSÃO

O Projeto Ético-Político deve embasar toda prática profissional das/os Assistentes Sociais nas diversas áreas e campos de intervenção, pois este é emergente e hegemônico. No entanto, embora hegemônico, este Projeto não é único, e sofre embates do projeto societário capitalista e conservador, implicando em desafios.

Na Política de Educação isso não é diferente, pois o projeto societário capitalista constitui os desmontes de recursos das políticas sociais, dentre elas a educação. É nesse contexto em que o/a Assistente Social é requisitado, para

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ampliar as condições de acesso e de permanência da população no âmbito educacional, articulando programas - como aqui tratado, articulando o Programa Bora Belém à Busca Ativa Escolar -, encaminhando demandas, e realizando mediações em um espaço marcado pela contradição entre garantir acesso a educação e a falta de condições sociais que possibilitem esse acesso através do seu trabalho profissional.

Contudo, mesmo diante dos desafios e limitações, é imprescindível que o Serviço Social esteja em constante atualização teórica, apropriando-se de capacitação técnica e firmando compromisso ético para enfrentar tais desafios. Além disso, é necessário estar presente na luta societária para a democratização e a qualidade da educação, debatendo e reforçando a Lei N° 13.935/2019, o dever do Estado de garantir todas as etapas da educação - por meio de programas suplementares, tais como transporte, alimentação, assistência à saúde etc -, e a intersectorialidade da Política de Educação com outras políticas sociais, sempre tendo como base seu Projeto Ético-Político.

REFERÊNCIAS

BELÉM. 2015. Lei nº 9.129, de 24 de junho de 2015. **Aprova o Plano Municipal de Educação - PME, e dá outras providências.** Belém, 2015.

BELÉM. 1968. Lei nº 6.558, de 4 de outubro de 1968. **Cria a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec), institui o Plano Municipal de Educação e a Campanha Municipal de Alfabetização, e dá outras providências.** Belém, 9 out. 1968.

BELÉM. 2021. Lei nº 9.665, de 11 de janeiro de 2021. **Institui o Programa de Renda Cidadã "Bora Belém" Para Enfrentamento da Pobreza, Extrema Pobreza.** Belém, 11 jan. 2021.

BUSCA ATIVA ESCOLAR (org.). **Entenda a metodologia social e a ferramenta tecnológica.** Brasília, 2017. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/downloads/guias-e-manuais/guia-metodologia-social-e-a-ferramenta-tecnologica.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2022.

BRASIL. 2014. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de**

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. 2019. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.** Brasília, 2019.

BRASIL. 1993. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.** Brasília, 1993.

BRASIL. 1996. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

CFESS. **Brochura A supervisão direta de estágio em serviço social.** Brasília, 2013.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília, 1993.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Brasília, 2001.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília, 2012.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 101, n. 101, p. 40-64, jan. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA (SENARC) (org). **Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal 2013.** Brasília, DF, 2013.

NAZARÉ, Fernanda Campos et al. **A CATEGORIA MEDIAÇÃO NA PRÁXIS DO SERVIÇO SOCIAL: uma breve análise.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. Anais [...]. Brasília: Cfess, 2019. p. 1-12.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

SOUZA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** Emancipação, Ponta Grossa, v. 8, p. 119-132, abr. 2008.

PROMOÇÃO



APOIO